

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Unidade jurisdicionada: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb

Natureza jurídica: Fundação

Exercício de 2015

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	03
LISTA DE TABELAS.....	04
LISTA DE QUADROS.....	05
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	06
1.1 Identificação.....	06
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	06
1.3 Informações gerais.....	06
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	09
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	09
3 ÁREA OPERACIONAL.....	14
3.1 Avaliação de resultados.....	14
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	23
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	23
4.2 Área patrimonial.....	27
5 ÁREA DE PESSOAL.....	28
6 CONTROLE INTERNO.....	30
7 CONTROLE EXTERNO.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
PPA	Plano Plurianual
RAIS	Relação Anual de Informações
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SICON	Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos
SIGA	Sistema de Gestão e Apoio à Pesquisa
SIMPAS	Sistema Integrado de Material Patrimônio e Serviços
SIRH	Sistema Integrado de Recursos Humanos
TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
TI	Tecnologia da Informação
UJ	Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....	10
TABELA 2	Execução da despesa por unidade orçamentária.....	10
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	11
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....	11
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....	11
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....	12
TABELA 7	Execução da despesa por unidade gestora.....	12
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....	13
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	24
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....	24
TABELA 11	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	25
TABELA 12	Convênios de captação	25
TABELA 13	Convênios de repasse.....	25
TABELA 14	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	27
TABELA 15	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	27
TABELA 16	Pessoal por natureza da vinculação.....	28
TABELA 17	Cargos comissionados.....	28
TABELA 18	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	28

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Finalidade e principais competências das unidades da UJ.....	07
QUADRO 2	Ações desenvolvidas por unidades informais.....	09
QUADRO 3	Programas prioritários de governo sob responsabilidade da UJ.....	15
QUADRO 4	Programas não prioritários de governo considerados relevantes pela UJ.....	16
QUADRO 5	Evolução anual dos indicadores dos programas.....	17
QUADRO 6	Evolução das metas dos compromissos/programa.....	18
QUADRO 7	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações/programa.....	20
QUADRO 8	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	26
QUADRO 9	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	26
QUADRO 10	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	27
QUADRO 11	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	27
QUADRO 12	Movimentação de pessoal no exercício.....	29
QUADRO 13	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	31
QUADRO 14	Acompanhamento das determinações/recomendações emitidas pelo TCE/BA.....	32
QUADRO 15	Outras auditorias realizadas.....	33

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia/Fapesb

Poder: Executivo

CNPJ: 04.902.299/0001-20

Vinculação: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação/SECTI

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Roberto Paulo Machado Lopes

Período de gestão: 01/01/2015 até 12/03/2015.

Nome: Eduardo Santana de Almeida

Período de gestão: 13/03/2015 até a presente data.

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo e legislação

A FAPESB tem por objetivo a formação e qualificação de recursos humanos, o desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação e a manutenção de pesquisa no estado da Bahia.

A Fundação foi criada através da Lei nº. 7.888 de 27 de agosto de 2001 e alterada pela Lei nº. 10.216 de 26 de junho de 2006.

1.3.2 Organograma



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 1 – Finalidade e principais competências das unidades da UJ

Nome da unidade	Finalidade	Principais competências
Conselho Curador	Órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior da Fapesb.	Aprovar e formular as políticas, critérios e normas que orientam a concessão de apoio técnico e financeiro; aprovar o relatório de gestão, inclusive a prestação de contas, os demonstrativos contábil, financeiro e patrimonial e dos relatórios de atividades anuais, com vistas à verificação de resultados; acompanhar e avaliar o desempenho da Fundação.
Procuradoria Jurídica	Exercer a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídico da Fapesb, mediante vinculação técnica à Procuradoria Geral do Estado.	Promover a defesa da Fapesb, em qualquer instância, em processo no qual a mesma for autora, ré ou terceira interveniente; pronunciar-se sobre os assuntos de natureza jurídica ou administrativa, emitindo parecer; recomendar ao Diretor Geral as providências de natureza jurídica necessárias à aplicação das leis; colaborar na elaboração e analisar minutas de portarias, resoluções, contratos, convênios, acordos, normas técnicas, exposições de motivos, memoriais e outros documentos que envolvam matérias jurídicas; analisar as minutas dos editais de licitações, nacionais e estrangeiras, e pronunciar-se quanto ao seu aspecto legal e institucional.
Coordenação de Controle Interno	Assessorar a Diretoria Geral na tomada de decisões.	Coordenar, acompanhar e fazer cumprir a apresentação das prestações de contas; assegurar a validade e integridade dos informes e pareceres financeiros das prestações de contas; orientar, elaborar, conferir e controlar as prestações de contas relativas aos contratos e convênios; avaliar as prestações de contas relativas à aplicação de recursos concedidos pela Fapesb; elaborar parecer sobre a regularidade das prestações de contas dos recursos concedidos pela Fapesb; analisar financeiramente os pedidos de aditamento de prazo e remanejamento de recurso.
Diretoria Geral	Dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades da Fapesb.	Representar a Fapesb, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, inclusive, celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes e outros instrumentos legais; firmar termos de concessão de auxílios; expedir os atos administrativos de competência da Fapesb; remeter ao TCE a prestação de contas da Fapesb, referente ao exercício anterior; submeter ao Conselho Curador os relatórios de atividades da Fapesb; autorizar a abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, sempre com a assinatura conjunta do Diretor Administrativo-Financeiro; assinar e endossar, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, duplicatas, notas promissórias e outros títulos de créditos; constituir comissões, grupos de trabalho, aprovar editais e resultados de licitações; praticar atos de gestão de recursos humanos, nomear, exonerar, promover e praticar atos correlatos; promover e controlar a aplicação de recursos destinados às atividades da Fapesb; homologar e dispensar licitações.
Assessoria Técnica	Desempenhar atividades de planejamento, programação, orçamento, acompanhamento, modernização administrativa e avaliação institucional.	Assessorar a formulação de políticas, diretrizes e definição de prioridades; coordenar a elaboração do plano de trabalho; assessorar o Diretor Geral na formulação dos planos, programas e projetos e na formulação, celebração e acompanhamento de convênios, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais; consolidar as informações fornecidas pelos órgãos que integram a Fapesb, para elaboração dos relatórios de atividades; elaborar, em articulação com a Diretoria Administrativo-Financeira - DAF, as propostas orçamentárias da Fapesb; acompanhar e avaliar os planos, programas, projetos e atividades em execução; promover a identificação de agências e fontes de financiamento para captação de recursos financeiros destinados à implantação de programas e projetos da Fapesb, em articulação com a DAF; acompanhar, em articulação com a DAF, a prestação de contas relativas a convênios, acordos e contratos celebrados; desenvolver, coordenar, implantar e acompanhar, em articulação com a DAF, ações que promovam a modernização de sistemas administrativos, normatização, reestruturação organizacional e avaliação institucional.

Continua Quadro 1

<p>Diretoria Científica</p>	<p>Coordena, supervisiona, executa, controla e avalia as atividades de fomento à ciência da Fapesb.</p>	<p>Propor à Diretoria Geral políticas, diretrizes, estratégias, normas e procedimentos, no seu campo de atuação; implementar a política de fomento à ciência da Fapesb; acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela Fapesb; realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da Fapesb; desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre ciência; elaborar relatórios das atividades técnico-científicas da Fapesb; articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando ao desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência; propor à Diretoria Geral a criação de Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas e apresentar sugestões de nomes de especialistas para a sua composição; exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Geral.</p>
<p>Diretoria de Inovação</p>	<p>Coordena, supervisiona, executa, controla e avalia as atividades de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb.</p>	<p>Propor à Diretoria Geral políticas, diretrizes, estratégias, normas e procedimentos, no seu campo de atuação; implementar a política de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb; acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela Fapesb; realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da Fapesb; desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre tecnologia e inovação; elaborar e participar de relatórios das atividades técnico-científicas da Fapesb; articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando ao desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência; propor à Diretoria Geral sugestões de nomes de especialistas de Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas; exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Geral.</p>
<p>Diretoria Administrativa Financeira</p>	<p>Executa as atividades de administração geral, orçamentária, financeira e contábil da Fapesb.</p>	<p>Executar e controlar as atividades de administração de pessoal da Fapesb; preparar o expediente necessário à aquisição de bens, de acordo com a legislação pertinente; zelar pela guarda do material armazenado; encaminhar à Coordenação Financeira as aquisições, autorizações de fornecimento e notas fiscais dos materiais adquiridos; efetuar o controle físico-financeiro do material estocado; elaborar balancetes mensais e inventário anual de material; promover o cadastramento e tombamento dos bens móveis e imóveis, inspecionando as condições e uso, bem como o controle de sua utilização; executar e controlar os serviços de expedição, recebimento, distribuição e tramitação de documentos; supervisionar os serviços de portaria, telefonia, refeitório dos servidores, copa, zeladoria, vigilância, limpeza, manutenção e conservação do prédio; organizar e manter atualizado o cadastro dos veículos e equipamentos da Fapesb; programar, fiscalizar e controlar a utilização, movimentação, manutenção, recolhimento e regularização dos veículos; adquirir, registrar, classificar, catalogar e conservar o acervo bibliográfico e documental de interesse da Fapesb; desenvolver e implantar, em articulação com a Assessoria Técnica, ações que promovam a racionalização de práticas e sistemas administrativos, normatização e reestruturação organizacional e avaliação institucional; efetuar a classificação dos documentos contábeis, de acordo com o Plano de Contas; efetuar o acompanhamento, o registro analítico e a conciliação mensal das contas bancárias; executar a escrituração contábil da Fapesb e proceder à contabilização orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar balancetes e balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais, bem como demonstrativos contábeis, necessários à prestação de contas da Fapesb; proceder ao controle contábil dos depósitos, cauções, fianças bancárias e de qualquer outro ingresso; efetuar a liquidação da despesa e os respectivos registros contábeis; acompanhar e controlar a execução financeira do orçamento da Fapesb; acompanhar a execução de convênios, acordos, contratos e aditivos, mediante relatórios mensais da posição financeira e dos registros orçamentários de cada um; orientar, elaborar, conferir e controlar as prestações de contas relativas aos contratos e convênios; administrar e controlar a atuação da Ouvidoria da Fapesb; propor, organizar e administrar métodos de melhoria contínua da Comunicação Interna.</p>

Fonte: Resolução n.º 01/2006, aprovada pelo Decreto n.º 10.065 de 01/08/2006.

QUADRO 2 – Ações desenvolvidas por unidades informais

Nome da unidade	Ações
Programa de Bolsas	Lançamento de editais para concessão de bolsas visando à formação e à capacitação de recursos humanos na área de ciência, tecnologia e inovação e acompanhamento dos bolsistas beneficiados.

Fonte: FAPESB

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

O orçamento de 2015 da FAPESB, com base na Lei Orçamentária n.º 13.225, de 23 de janeiro de 2015, elaborada em conformidade com as orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias, iniciou com uma receita de R\$ 105.034.000,00, entretanto durante o exercício foi contingenciado um valor de R\$ 27.033.836,00. Este contingenciamento impactou negativamente tanto as atividades internas da Fapesb quanto as ações de fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado.

Durante todo o exercício, os repasses de recursos pela Secretaria da Fazenda Estadual à Fapesb atrasaram, fazendo com que a Fundação descumprisse a cláusula que garante o pagamento dos bolsistas até o quinto dia útil do mês.

Os Projetos de Pesquisa que não receberam a segunda parcela dos recursos foram os mais prejudicados em relação ao cumprimento do cronograma de execução física, uma vez que não conseguiram continuar com o desenvolvimento da pesquisa já iniciada. Os Projetos que não receberam a primeira parcela, também foram prejudicados, uma vez que não iniciaram as pesquisas. Em ambos os casos, o impacto científico e social tem sido significativo, pois, em grande parte das pesquisas, a sociedade baiana é beneficiada com os resultados alcançados.

Infelizmente, por conta do contingenciamento, atrasamos o pagamento de consultores que avaliam os projetos de pesquisa e, muito deles, recusaram-se a prestar novos serviços à Fundação. Isto impactou todo o processo de avaliação dos Editais e Chamadas Públicas da Fapesb.

Ocorreram também atrasos nos pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços com contratos vigentes, afetando consideravelmente as atividades de rotina da Fundação. No entanto, ao longo do ano, todas as providências possíveis foram tomadas pela Diretoria Geral junto aos órgãos competentes no intuito de contornar estas dificuldades. Somente após a última concessão de recursos, no mês de dezembro 2015, estes pagamentos foram regularizados.

TABELA 1 – Execução da receita

Em R\$

Fonte		Prevista	Atual	Empenhado
Código	Descrição			
100000000	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	88.823.000,00	56.645.531,00	57.552.858,53
114000000	Recursos Vinculados a Educação	0,00	0,00	174.954,00
231101373	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	0,00	1.625.100,00	1.300.197,40
231101374	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	0,00	1.625.100,00	1.625.060,00
231100624	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	2.885.000,00	2.885.000,00	0,00
631100625	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	583.000,00	79.467,91
231100626	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	76.000,00	76.000,00	0,00
231101232	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	2.250.000,00	2.250.000,00	605.420,89
631200314	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	2.500.000,00	1.444.459,79
631700045	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	4.500.000,00	3.192.779,48
5100000000	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	11.000.000,00	5.310.433,00	3.181.462,57
Total		105.034.000,00	78.000.164,00	69.156.660,57

Fonte:Fiplan\Plan 28

TABELA 2 – Execução da despesa da UJ por unidade orçamentária

Em R\$

Unidade Orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações Concedidas
Código	Descrição	Inicial	Atual				
28201	FAPESB	105.034.000,00	78.000.164,00	69.156.660,57	69.156.660,57	68.184.225,75	652.145,00
Total		105.034.000,00	78.000.164,00	69.156.660,57	69.156.660,57	68.184.225,75	652.145,00

Fonte:Fiplan\Plan 60

TABELA 3 – Execução da despesa por função

Em R\$

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
10	Saúde	60.000,00	34.612,00	34.611,52	34.611,52	34.611,52
12	Educação	0,00	0,00	174.954,00	174.954,00	174.954,00
19	Ciência e Tecnologia	104.974.000,00	77.960.552,00	68.932.027,46	68.932.027,46	67.959.592,64
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	11.520,00	11.520,00	11.520,00
28	Encargos Especiais	0,00	5.000,00	3.547,59	3.547,59	3.547,59
Total		105.034.000,00	78.000.164,00	69.156.660,57	69.156.660,57	68.184.225,75

Fonte:Fiplan\Plan 28

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

Em R\$

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
101	Fortalecimento da Educação Básica	0,00	0,00	174.954,00	174.954,00	174.954,00
123	Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda	3.976.000,00	287.210,00	286.050,86	286.050,86	286.050,86
128	Ciência, Tecnologia e Inovação	91.811.000,00	69.407.092,00	60.537.946,66	60.537.946,66	59.660.123,19
143	Comércio e Serviços Estratégicos	0,00	0,00	11.520,00	11.520,00	11.520,00
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	9.247.000,00	8.300.862,00	8.142.641,46	8.142.641,46	8.048.030,11
900	Operação Especial	0,00	5.000,00	3.547,59	3.547,59	3.547,59
Total		105.034.000,00	78.000.164,00	69.156.660,57	69.156.660,57	68.184.225,75

Fonte:Fiplan\Plan 28

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

Em R\$

Categoria Econômica/Grupo da Despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
1	Pessoal e Encargos Sociais	4.827.000,00	4.631.893,00	4.541.424,30	4.541.424,30	4.449.839,59
3	Outras Despesas Correntes	80.260.400,00	68.407.747,00	63.641.070,43	63.641.070,43	62.895.620,32
4	Investimento	19.946.600,00	4.960.524,00	974.165,84	974.165,84	838.765,84
Total		105.034.000,00	78.000.164,00	69.156.660,57	69.156.660,57	68.184.225,75

Fonte:Fiplan\Plan 28

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

Em R\$

Elemento de Despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
04	Contratação por Tempo Determinado - Pessoal Civil	622.000,00	262.330,00	262.329,50	262.329,50	260.451,73
05	Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08	Outros Benefícios Assistenciais	6.000,00	1.499,00	1.498,78	1.498,78	1.498,78
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.065.000,00	3.386.741,00	3.386.740,98	3.386.740,98	3.328.436,97
13	Obrigações Patronais	672.000,00	610.800,00	610.798,68	610.798,68	579.395,75
14	Diárias - Pessoal Civil	24.000,00	54.197,60	21.666,80	21.666,80	21.666,80
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	84.000,00	44.090,00	44.089,86	44.089,86	44.089,86
18	Auxílio Financeiro a Estudante	0,00	36.461.985,00	36.512.033,50	36.512.033,50	36.512.033,50
20	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	83.906.000,00	19.440.284,05	13.490.545,04	13.490.545,04	12.897.598,29
30	Material de Consumo	120.000,00	93.382,56	83.398,76	83.398,76	82.744,76
31	Premiações Culturais Artísticas e Científicas	0,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00
33	Passagens e Despesas com Locomoção	48.000,00	265.845,37	220.718,18	220.718,18	220.718,18
35	Serviços de Consultoria	48.000,00	411.950,37	411.950,00	411.950,00	400.392,95
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.400,00	254.949,83	192.469,83	192.469,83	192.469,83
37	Locação de Mão-de-Obra	1.320.000,00	1.353.016,52	1.353.016,52	1.353.016,52	1.353.016,52
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.428.000,00	1.658.207,36	1.619.992,67	1.619.992,67	1.618.124,03
41	Contribuições	1.871.000,00	35.612,00	34.611,52	34.611,52	34.611,52
42	Auxílios	640.000,00	236.000,95	36.000,00	36.000,00	36.000,00
45	Subvenções Econômicas	6.500.000,00	10.361.909,00	7.999.147,66	7.999.147,66	7.741.408,99
46	Auxílio Alimentação	120.000,00	94.568,00	94.567,24	94.567,24	94.567,24
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	9.600,00	122.069,03	117.169,03	117.169,03	117.169,03
48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	2.930.000,00	2.079.680,00	2.079.180,72	2.079.180,72	2.063.095,72
49	Auxílio Transporte	96.000,00	92.339,00	59.338,83	59.338,83	59.338,83
52	Equipamentos e Material Permanente	1.110.000,00	74.338,00	12.467,52	12.467,52	12.467,52
91	Cumprimento de Sentença Judiciária	0,00	5.000,00	3.547,59	3.547,59	3.547,59
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	91.769,08	90.795,31	90.795,31	90.795,31
93	Indenizações e Restituições	0,00	19.764,28	19.764,28	19.764,28	19.764,28
96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	360.000,00	282.836,00	193.821,77	193.821,77	193.821,77
Total		105.034.000,00	78.000.164,00	69.156.660,57	69.156.660,57	68.184.225,75

Fonte:Fiplan\Plan 28

TABELA 7 – Execução da despesa por unidade gestora

Em R\$

Unidade Gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações Recebidas
Código	Descrição				
0000	FAPESB	0,00	0,00	0,00	0,00
0001	FAPESB EXECUTORA	69.156.660,57	69.156.660,57	68.184.225,75	1.730.710,66
Total		69.156.660,57	69.156.660,57	68.184.225,75	1.730.710,66

Fonte:Fiplan\Plan 60

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

Em R\$

Unidade Gestora		Categoria ¹			
Código	Descrição	Despesas de Exercícios encerrados ²	Restos a Pagar com prescrição interrompida ³	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente	Total
0001	FAPESB EXECUTORA	90.795,31	0,00	0,00	90.795,31
Total		90.795,31	0,00	0,00	90.795,31

Fonte: Fiplan\Plan 60

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3 ÁREA OPERACIONAL

3.1 Avaliação dos resultados

Em 2015, a Fapesb buscou contribuir de forma significativa com ações estratégicas para o estado, que incluem o fomento aos cursos de pós-graduação; o fortalecimento dos acordos de cooperação internacional; o fomento à pesquisa e inovação em áreas estratégicas; e o aumento da eficiência na condução dos processos administrativos da Fundação. Além disso, trabalhou arduamente na implementação de processos de tomada de decisão pautados em dados, considerando os diferentes atores envolvidos, e na utilização racional dos recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros disponíveis, visando alcançar melhores resultados quantitativos e qualitativos no desempenho das suas funções.

Dentro dos seus Programas e Linhas de Ação, a Fundação apoia pesquisas em todas as áreas do conhecimento e projetos em áreas cruciais para o estado como educação, saúde e segurança pública, de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas em CT&I para a Bahia, por meio de editais e chamadas públicas.

Atendendo aos princípios da eficiência e da economicidade, todos os resultados quanto à atividade-fim da Fapesb foram obtidos com o mínimo de dispêndio em custos operacionais, o que pode ser considerado uma das garantias de sucesso no cumprimento de sua função.

Além disso, a aplicação dos recursos destinados ao fomento obedece rigorosamente ao princípio da economicidade. Na concessão dos apoios, sempre são solicitadas cotações buscando o menor preço, em obediência à Lei nº 8.666/93, e realizados cortes orçamentários nos projetos aprovados, objetivando à minimização de custos e à maximização dos resultados.

A Fapesb, em 2015, atuou de forma preventiva e didática, realizando auditorias e reuniões de conscientização com os seus colaboradores e pesquisadores beneficiados, visando aumentar a eficiência e o controle na aplicação dos recursos, através dos instrumentos legais firmados.

Neste exercício, com vistas ao atendimento do princípio da transparência, a Fapesb criou um sistema para consulta de bolsas vigentes que permite ao público ter acesso às informações referentes aos bolsistas apoiados pela Fundação. Com esse novo sistema, a Fapesb mostra, de forma transparente, o perfil de seus bolsistas vigentes e disponibiliza informações tais como a quantidade de bolsistas em determinada área e o valor total a ser recebido pelo bolsista.

A importância da Fapesb para o desenvolvimento científico e tecnológico do estado pode ser percebida através:

- do aumento do número de laboratórios nas universidades e centros de pesquisa baianos, tanto na capital quanto no interior, graças ao trabalho de interiorização que a Fundação vem realizando;

- do crescimento do número de mestres e doutores no estado;
- do aumento da nota de avaliação da Capes para os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* baianos;
- do crescimento do número de Programas de Pós-Graduação na Bahia;
- da participação de pesquisadores baianos em eventos nacionais e internacionais para apresentação de trabalhos científicos e tecnológicos;
- do incremento do número de eventos científicos, tecnológicos, de inovação e de empreendedorismo realizados na Bahia.

Em atendimento ao princípio da eficácia, todas as metas são monitoradas pela Assessoria Técnica da Fundação no Módulo de Monitoramento e Avaliação do Fiplan. O exercício de 2015 foi marcado por um período de grande recessão econômica e de cortes orçamentários e no repasse de recursos, o que impactou bastante o cumprimento das metas traçadas para as ações orçamentárias na LOA 2016. Conforme se pode observar pela análise do Quadro 7, das dez ações orçamentárias vinculadas à Fapesb, quatro tiveram suas metas superadas, quatro tiveram metas parcialmente alcançadas e duas ações tiveram metas não alcançadas por falta de recursos.

Pela análise do Quadro 5, verificamos que o indicador "Número de bolsas de estudo concedidas para pesquisas" com meta de 8000 bolsas para o período do PPA 2012-2015, foi superada em 54,9%. No período de 2012 a 2015, a Fapesb concedeu 12.391 bolsas, beneficiando estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores de diversas instituições baianas para o desenvolvimento de pesquisas em CT&I.

Pela análise do Quadro 6, observamos que todas as metas traçadas pela Fapesb nos Programas de Governo 128 e 123 foram superadas: 12391 bolsas concedidas (meta: 8000 bolsas), 616 projetos de pesquisa e de infraestrutura fomentados (meta: 400 projetos), 173 projetos para o desenvolvimento de inovações tecnológicas e empreendedorismo apoiados (meta: 160 projetos) e 57 projetos apoiados para o desenvolvimento de tecnologias sociais e ambientais (meta: 50 projetos).

QUADRO 3 – Programas prioritários de governo sob responsabilidade da UJ (não se aplica)

Programa	
Código	Descrição

Fonte:

QUADRO 4 – Programas não prioritários de governo considerados relevantes pela UJ

Programa	
Código	Descrição
123	Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda
128	Ciência, Tecnologia e Inovação

Fonte:LDO2015/FIPLAN

QUADRO 5 – Evolução anual dos indicadores dos programas⁽¹⁾

Indicador	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado (PPA 2012-2015)
				1º ano (2012)	2º ano (2013)	3º ano (2014)	4º ano (2015)	
Programa: 128 - Ciência, Tecnologia e Inovação								
Número de bolsas de estudo concedidas para pesquisas ⁽²⁾	unid	2000	Dez/2014	2558	2828	3870	3135	8000

Fonte: Diretoria Geral/Fapesb

Notas:

⁽¹⁾ Devem constar nesse quadro os indicadores publicados no Plano Plurianual (PPA) e demais indicadores criados e utilizados.

Outra Nota da UJ, quando couber.

⁽²⁾ SECTI/FAPESB. Este Programa de Governo possui outros indicadores que não são responsabilidade da FAPESB.

QUADRO 6 – Evolução das metas dos compromissos/programa

Programa: 128 - Ciência, Tecnologia e Inovação											
Compromisso: 05 - Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, apoiando os recursos humanos, a pesquisa e a infraestrutura para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação.											
Meta: Conceder 8 mil bolsas											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)		PPA (2012-2015)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	unid	2000	2558	2000	2828	2000	3870	2000	3135	8000	12391
Meta: Fomentar 400 projetos de infraestrutura e de pesquisa											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)		PPA (2012-2015)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	unid	100	138	100	246	100	181	100	51	400	616
Compromisso: 06 - Melhorar a competitividade empresarial do Estado, apoiando o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.											
Meta: Apoiar 160 projetos para o desenvolvimento de inovações tecnológicas e empreendedorismo											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)		PPA (2012-2015)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	unid	40	45	40	60	40	48	40	20	160	173

Fonte: Diretoria Geral/Fapesb

Notas:

(1) A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

(2) As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ.

Outra Nota da UJ, quando couber.

Programa: 123 - Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda											
Compromisso: Desenvolver tecnologias sociais e ambientais para empreendimentos solidários											
Meta: Apoiar o desenvolvimento de 50 projetos com tecnologias sociais e ambientais											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2012)		2º ano (2013)		3º ano (2014)		4º ano (2015)		PPA (2012-2015)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Estado	unid	15	18	15	18	15	21	5	0	50	57

Fonte: Diretoria Geral/Fapesb

Notas:

(1) A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

(2) As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ.

Outra Nota da UJ, quando couber.

QUADRO 7 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações/programa

Unidade Orçamentária (UO): 28201										
Programa: 123 – Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda										
Compromisso: 1 - Desenvolver tecnologias sociais e ambientais para empreendimentos solidários										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 0005 – Diretoria de Inovação (DI)										
Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5330 – Apoio a Projeto de Inovação de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável	0931 – Projeto de CT&I apoiado	0039 - unidade	15	15	0	0	3.976.000,00	287.210,00	286.050,86	286.050,86
Iniciativa(s) ⁽²⁾: - Apoio financeiro a projetos para o desenvolvimento de tecnologias sociais e ambientais										

Unidade Orçamentária (UO): 28201										
Programa: 128 – Ciência, Tecnologia e Inovação										
Compromisso: 05 - Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, apoiando os recursos humanos, a pesquisa e a infraestrutura para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação.										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 0001 – Diretoria Geral (DG)										
Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5418 – Apoio à Formação na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação.	0534 – Bolsa de CT&I concedida	0039 - unidade	2000	3135	0	3135	42.000.000,00	40.721.172,00	40.721.171,03	40.720.815,03
Iniciativa(s) ⁽²⁾: - Concessão de bolsas										

Continua Quadro 7

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 0004 – Diretoria Científica (DC)										
Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5358 – Apoio à Organização de Evento Científico, Tecnológico e de Inovação	0539 – Evento de CT&I apoiado	0039 - unidade	70	91	0	91	2.500.000,00	1.561.627,00	1.561.626,23	1.545.121,23
Iniciativa(s) ⁽²⁾: - Apoio à organização de eventos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação										
5367 – Apoio à Participação de Pesquisador em Evento Científico, Tecnológico e de Inovação.	0655 – Participação em evento de CT&I apoiada	0039 - unidade	50	50	0	43	750.000,00	172.068,00	172.067,42	172.067,42
Iniciativa(s) ⁽²⁾: - Apoio à participação em eventos científicos, tecnológicos, de empreendedorismo e de inovação										
5368 - Apoio à Publicação Científica, Tecnológica e de Inovação	1030 – Publicação de CT&I apoiada	0039 - unidade	15	23	0	23	550.000,00	535.228,00	535.228,00	535.228,00
Iniciativa(s) ⁽²⁾: - Incentivo a publicações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação										
5373 - Apoio a Projeto de Pesquisa de Natureza Científica, Tecnológica e de Inovação	0931 – Projeto de CT&I apoiado	0039 - unidade	50	87	0	84	8.000.000,00	1.899.890,00	1.899.388,87	1.879.265,32
Iniciativa(s) ⁽²⁾: <ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projetos de pesquisa na área de Ciência, Tecnologia e Inovação • Incentivo à fixação de doutores no Estado • Fomento a projetos e ações para popularização da ciência e tecnologia 										
5416 - Apoio a Projeto de Infraestrutura de Pesquisa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação	0931 – Projeto de CT&I apoiado	0039 - unidade	30	30	0	13	10.961.000,00	8.515.533,00	3.396.087,32	2.944.909,32
Iniciativa(s) ⁽²⁾: - Apoio a projetos de infraestrutura de pesquisa: laboratórios, biotérios, bibliotecas, equipamentos, dentre outros										
5417 - Apoio a Projeto Temático na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação	0931 – Projeto de CT&I apoiado	0039 - unidade	30	30	0	14	10.250.000,00	4.026.818,00	1.581.636,71	1.453.996,96
Iniciativa(s) ⁽²⁾: - Apoio a projetos de pesquisa na área de Ciência, Tecnologia e Inovação										

Continua Quadro 7

Compromisso: 06 - Melhorar a competitividade empresarial do Estado, apoiando o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 0005 – Diretoria de Inovação (DI)

Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5420 - Apoio a Projeto de Inovação de Competitividade Empresarial	0931 – Projeto de CT&I apoiado	0039 - unidade	40	40	0	20	16.000.000,00	11.640.226,00	9.077.463,68	8.815.442,51

Iniciativa(s) ⁽²⁾:

- Fomento a projetos de pesquisa em empresas baianas
- Fomento à criação e ao desenvolvimento de incubadoras de base tecnológica
- Apoio à criação e ao fortalecimento de núcleos de inovação tecnológica
- Incentivo à propriedade intelectual
- Apoio a projetos de educação voltados ao empreendedorismo
- Apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação nas Instituições Científicas e Tecnológicas, Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa.

Compromisso: 07 - Fortalecer o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação com uma política pública alinhada com os requerimentos de inovações tecnológicas para a competitividade sustentável do Estado

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 0004 – Diretoria de Científica (DC)

Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5419 - Formação à Cooperação Nacional e Internacional na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação	0033 – Cooperação nacional e internacional fomentada	0039 - unidade	5	5	0	0	800.000,00	334.530,00	334.530,00	334.530,00

Iniciativa(s) ⁽²⁾: - Fomento a cooperação nacional e internacional

Fonte: Fiplan/M&A 011; Assessoria Técnica/DG/Fapesb

Nota:

⁽¹⁾ Para cada ação orçamentária descrita deverá ser informado no campo apropriado, a(s) iniciativa a(s) a ela relacionada(s). No PPA 2012-2015, as iniciativas são denominadas entregas.

⁽²⁾ No PPA 2012-2015, não houve vinculação das entregas/iniciativas com as ações orçamentárias. A vinculação apresentada foi feita Assessoria Técnica/DG da Fapesb.

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

Ao longo do exercício de 2015, foram realizados três Processos Licitatórios nas diversas modalidades, 131 Dispensas e 151 Inexigibilidades com base nos arts. 59 inciso II, 60, 120 e 121 da Lei Estadual nº 9.433/2005, envolvendo recursos, respectivamente, da ordem de R\$ 50.489,36, R\$ 129.801,12 e R\$ 572,729,00.

Neste contexto, as modalidades e objetos dos Processos Licitatórios realizados pela Fapesb, em 2015, foram os seguintes: Pregão Eletrônico - componentes de informática (37,63%); Pregão Presencial - contratação de serviços de conservação e limpeza de áreas pública (35,65%); e Pregão Presencial - contratação serviços de agenciamento de viagem e hotelaria (26,72%).

Isto posto, constata-se que o valor de R\$ 50.489,36, advindo das sobreditas licitações, corresponde a 1,38% do montante executado para custeio durante o exercício, as Dispensas a 3.56% e as Inexigibilidades representam 15.69%.

Impende salientar que as Dispensas concernem a aquisição de bens e serviços de pequena monta, ou seja, de valor inferior a R\$ 5.600,00, enquanto as Inexigibilidades advêm da contratação de serviços de consultoria prestados por Consultores *Ad Hoc*, em atendimento às demandas de atividades finalísticas (fomento).

A Fundação realizou um desembolso da ordem de R\$ 2.921.290,52 concernente aos pagamentos dos diversos contratos de variados objetos, pactuados com diferentes fornecedores, cujo detalhamento, por ordem de grandeza e/ou de maior impacto, observa-se seguir: Segurança e Vigilância Patrimonial (R\$ 793.031,50; 27,15%); Manutenção e desenvolvimento de Sistemas - TI (R\$ 478.950,93; 16,39%); Suporte de Rede TI (R\$ R\$ 301.569,96; 10,33%); Suporte Administrativo (R\$ 276.235,92; 12,06%); Limpeza e Conservação (R\$ 240.581,58 = 8,24%); Agenciamento de viagens e passagens aéreas (R\$ 210.915,89; 7,22%); Locação de Veículos (R\$ 99.600,00; 3,41%); Fornecimento de energia elétrica (R\$ 124.518,95; 4,26%); Cessão de Recursos Humanos (R\$ 80.426,00; 2,75%); Manutenção Predial (R\$ 20.414,00; 0,70%); Serviços de Processamento de Dados (R\$ 58.223,58; 1,99%); Serviços Sistema Bancário (R\$ 31.473,52; 1,08%); Serviços de Telefonia em geral (R\$ 40.828,87; 1,40%); Serviços Remessa Rede Governo (R\$ 66.320,00; 2,27%); Serviços Postais (R\$ 24.603,96; 0,84%); Manutenção de Hardware TI (R\$ 7.272,61; 0,24%); Serviço Copa e Cozinha (R\$ 20.857,32; 0,71%); Fornecimento de Água (R\$ 16.046,21; 0,06%); Manutenção de Ar Condicionado (R\$ 21.408,00; 0,73%); Manutenção Central Telefônica (R\$ 11.640,00; 0,39%); Serviço de Impressão Corporativa e Serviços de Reprografia (R\$ 10.359,47; 0,35%); Fornecimento de passagens terrestre (R\$ 6.612,25; 0,22%).

Impende salientar que os sobreditos objetos contratados advêm de licitações realizadas em diversas modalidades, a exemplo de: Concorrência Pública, Pregão Eletrônico e Pregão Presencial. Assim, o montante desembolsado corresponde a 77,40% do total orçado para o custeio da Fundação, R\$ 3.773.883,00.

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

Em R\$

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite					
Tomada de preços					
Concorrência					
Pregão Presencial	02		02	02	31.490,00
Pregão Eletrônico	01		01	01	18.999,36
Concurso					
Consulta					
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)					
Outros ⁽⁴⁾					
Subtotal	03		03	03	50.489,36
Contratação direta					
Dispensa	131		131	131	129.801,12
Inexigibilidade	51		51	51	572.729,00
Outros ⁽⁵⁾					
Subtotal	182		182	182	702.530,12
Total	183		185	185	753.301,48

Fonte: Simpas/Fiplan

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta.**TABELA 10 – Contratos firmados no exercício**

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado
Contratos	02	226.725,41	
Contratos de gestão	01	52.320,00	4.360,00
Total	03	279.045,41	4.360,00

Fonte: DAF/Fapesb

TABELA 11 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	15	2.022.035,19	2.431.454,52	3.332.491,28
Contratos de gestão	6	340.297,44	489.836,00	1.015.988,63
Total	21	2.362.332,63	2.921.290,52	4.348.479,91

Fonte: DAF/Fapesb

TABELA 12 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Recebimento (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	0	10	0	64.870.500,00	8.932.870,00	49.355.216,38
Outros Ajustes (5)	0	04	0	63.996.000,00	4.500.000,00	33.000.000,00
Total	0	14	0	128.866.500,00	13.432.870,00	82.355.216,38

Fonte: FIPLAN, SICONV, FAPESB

Notas:

- (1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídos.
(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídos.
(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.
(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.
(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

TABELA 13 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	15	73	40	22.626.506,92	36.000,00	9.675.731,34
Contratos (5)	4	46	18	26.017.687,42	7.732.372,99	13.902.168,19
Termo de Outorga – Projetos (5)	186	498	407	114.361.596,50	7.994.032,68	67.050.227,60
Termo de Outorga – Bolsas (5)	2936	872	3340	6.070.630,00	43.441.284,37	85.458.390,38
Total	3141	1489	3805	169.076.420,84	59.203.690,04	176.086.517,51

Fonte: SIGA (Sistema Interno da FAPESB)

Notas:

- (1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídos.
(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídos.
(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.
(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.
(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 8 – Tomadas de contas de convênios de repasse

No ano de 2015 não fizemos Tomadas de contas para os Instrumentos de repasse.

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	0
Em andamento ⁽²⁾	0
Concluídas ⁽³⁾	0

Fonte: FAPESB

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 9 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

No ano de 2015 não realizamos sindicâncias e processo administrativo disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias	0	0	0
Processos administrativos disciplinares	0	0	0

Fonte: FAPESB

Notas:

⁽¹⁾ Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área patrimonial

TABELA 14 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

Em R\$

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	50.180,75	83.398,76	86.019,58	47.559,93
Bens permanentes	16.982.476,32	12.467,52	59.781,36	16.935,162,48
Total	17.032.657,07	95.866,28	145.800,94	16.982.722,41

Fonte: Simpas/Fiplan

TABELA 15 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário (Não se aplica)

Tipo de imóvel	Situação						Saldo final
	Saldo inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	
Terreno							
Fazenda							
Edificação							
Barragem							
Adutora							
Total							

Fonte:

QUADRO 10 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação geral ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Após criteriosa análise fora constatada exatidão do controle dos itens de consumo disponibilizados no almoxarifado.		

Fonte: DAF/Fapesb

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar os bens que, por exemplo, tenham sido extraviados ou estão sem condições de uso.

QUADRO 11 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação geral ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
A Comissão, após inventário físico e devida análise documental constatou exatidão nos procedimentos e controles dos Bens Móveis da Fundação.		

Fonte: DAF/Fapesb

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar os bens que, por exemplo, estejam obsoletos ou não tenham sido localizados.

5 ÁREA DE PESSOAL

TABELA 16 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2014	2015
Servidores da UJ		
Efetivos	4	4
Celetistas	0	0
À disposição de outros órgãos	1	0
Subtotal	5	4
Outros	0	0
REDA	15	2
Terceirizados	44	56
De outros órgãos à disposição da UJ	1	6
Subtotal	60	64
Total	65	68

Fonte: SIRH

TABELA 17 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2014	2015
Com vínculo	2	1
Sem vínculo	42	42
Total	44	43

Fonte: SIRH

TABELA 18 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa (R\$)		% de variação
	2014	2015	
Servidores (Cargos e Estatutários)	3.957.188,77	4.041.631,00	2,13
REDA	564.437,48	262.329,50	(-) 53,52
Total	4.521.626,25	4.303.960,50	(-) 4,81

Fonte: FIPLAN, SIRH

QUADRO 12 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	0
Cargo comissionado	24
REDA	0
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	0
Cargo comissionado	23
REDA	13
Disponibilização	
De outros órgãos	5
Para outros órgãos	0
Aposentadoria	0

Fonte: SIRH

6 CONTROLE INTERNO

De acordo com a Regimento da Fapesb, o Controle Interno é responsável em avaliar todas as prestações de contas financeiras dos recursos repassados, os Editais lançados e as solicitações de remanejamento e aditivos de recursos dos projetos apoiados pela Fundação.

A Fapesb dispõe de um sistema interno, SIGA, onde são controlados e acompanhados todos os Instrumentos Legais, e também utiliza o SICON – Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos do Governo do Estado. Assim, caso o beneficiário não preste contas no prazo estabelecido por lei, automaticamente, o Outorgado, Contratado ou Conveniente fica inadimplente com a Fapesb e com o Governo Estadual.

Os técnicos vinculados às Diretorias Científica e de Inovação avaliam os Relatórios Técnicos (Parciais e Final) das atividades do projeto, encaminhados pelos pesquisadores beneficiados, nos períodos estabelecidos nos Instrumentos Legais, em modelo específico, disposto no Portal da Fapesb. Sempre que se faz necessário, os relatórios são encaminhados também para considerações de consultores *Ad Hoc*, expertos nas áreas dos projetos.

Realizamos visitas Técnicas *in loco* e Seminários de Monitoramento para alguns editais, principalmente os que envolvem Parcerias Federais, com a participação dos parceiros (CNPq, FINEP, Ministério da Saúde etc.) e de alguns expertos nas áreas dos projetos, onde todos os pesquisadores apresentam os resultados dos seus trabalhos.

O Setor de Controle Interno avalia os Relatórios Financeiros (Parciais e Final) do projeto, encaminhados pelos pesquisadores beneficiados, nos períodos estabelecidos nos Instrumentos Legais, de acordo com a legislação vigente e as orientações do Manual do Pesquisador Outorgado. Ressaltamos que a Fapesb executa 80% (oitenta) por cento do seu orçamento para repasse de Convênios ou Congêneres, sendo que alguma intempestividade na avaliação de prestação de contas dos mesmos decorre da insuficiência de pessoal para o cumprimento das tarefas.

De maneira geral, ao Controle Interno compete planejar a organização dos regulamentos, métodos e medidas adotadas na Fundação, para melhor operar seus recursos; verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábilísticos, além de desenvolver a eficiência nos procedimentos e estreitar as relações inter-setoriais (Diretoria Geral, Diretoria financeira, Diretoria Científica e Diretoria de Inovação). Sendo assim, compreender as operações e objetivos do Controle Interno é, de alguma forma, entender o funcionamento interligado de toda a Fundação.

Os recursos geridos e repassados pela Fapesb são estritamente analisados e administrados com base na legislação vigente. Em 2015, foram reformulados os Manuais do Outorgado e formulários de prestação de contas no intuito de aperfeiçoar os procedimentos. Ademais, a equipe de Controle Interno além da constante rotina das análises das prestações de contas realizou ações preventivas

mediante reuniões de conscientização referente ao compartilhamento das informações na busca da uniformização e padronização dos procedimentos visando aprimorar as suas atividades e aumentar a produtividade do setor.

QUADRO 13 - Trabalhos de auditoria/inspeção realizados no exercício pelo controle interno da UJ

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção
Diretoria Geral	Avaliação: Prestações de Contas dos Instrumentos de repasse (Termo de Outorga – Projetos, Convênios e contratos), remanejamentos, aditivos e minuta dos Editais

Fonte: FAPESB

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 14 – Acompanhamento das determinações /recomendações emitidas pelo Tribunal Pleno

Determinações/recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º 001143/2014		
Regularização do quadro de pessoal da entidade, com a criação e o provimento de cargos efetivos	Solicitamos a SECTI/SAEB/Casa Civil a realização de concurso público	
Pelo aprimoramento dos instrumentos de controle interno da entidade, em especial para corrigir a irregularidade reativa à falta de prestação de contas finais	Melhoramos nosso sistema interno, onde controlamos e acompanhamos os Instrumentos legais. Assim, caso o beneficiado não apresente a prestação de contas, automaticamente, o mesmo fica inadimplente e, conseqüentemente solicitamos a devolução do recurso judicialmente.	
Adotar as providências cabíveis no sentido de analisar tempestivamente as prestações de contas e os relatórios técnicos finais	Informamos que o processo de avaliação dos apoios concedidos pela Fapesb envolve análise técnica e financeira. A análise técnica é realizada por um Consultor <i>Ad Hoc</i> experto na área. Neste caso, a Fapesb necessita encontrar esse especialista com conhecimento na área do projeto e com disponibilidade para emitir o parecer técnico. A prestação financeira é criteriosamente avaliada pelo Controle Interno. Ressaltamos que a Fapesb executa 80% (oitenta) por cento do seu orçamento para repasse de Convênios ou Congêneres, sendo que alguma intempestividade na avaliação de prestação de contas dos mesmos, decorre da insuficiência de pessoal para o cumprimento das tarefas.	
Proceder à Instauração das tomadas de contas relacionadas aos termos de repasse analisados (CTR0039/2010, PET0047/2010, CTR0053/2010 e CTR0057/2010)	Adotamos as medidas legais cabíveis.	

Fonte: Acórdão N°. 000146/2015, FAPESB

QUADRO 15 – Outras auditorias realizadas

Em 2015 a FAPESB foi auditada apenas pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
----	-----	-----	---
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
----	-----	-----	---
----	-----	-----	---
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
----	-----	-----	---
----	-----	-----	---
Outros trabalhos de auditoria			
----	-----	-----	---
----	-----	-----	---

Fonte: FAPESB

Nota:

⁽¹⁾ Indicar o número ou nome do relatório.

Salvador, 10 de maio de 2016.

Eduardo Santana de Almeida
Diretor Geral